

**ATA DA  
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2015  
NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO  
Nº 02/2015**

**MESA DA ASSEMBLEIA:** Presidente - Fernando Pereira Campos, 1.º Secretário - Albano Fernandes Álvares, 2º Secretária - Maria Cândida Pereira das Eiras. \_\_\_\_\_

**PRESENCAS:** António Pereira dos Penedos, Paulo Sérgio Pereira Aleixo, Adérito Vaz Pinto, Sandra Isabel André dos Reis, Carlos Alberto Mendes Ferreira, Armindo de Sousa Pereira, Rui Fernandes Álvares, Odete Cristina Queiroga Moreira, Manuel Baltazar Batista Pereira, Paulo Jorge Rua Pereira, António Dias do Couto, Hélio da Costa Maduro, José Manuel Fernandes Pereira, Camilo Anes Pires, Lúcia Martins Dias Mó, António Paulo Pereira Sanches, José Quintas Lage, Miguel Duque Couto e José Rua Dias, membros da Assembleia. \_\_\_\_\_

**AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:** Arnaldo António de Moura Silvestre Videira, Magda Pereira Barroso, Luís Miguel Morais Pires e Daniel Costa Moura Dias. \_\_\_\_\_

**SECRETARIOU:** Filipe Silva, Secretário do GAP. \_\_\_\_\_

**PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL:** Fernando Eirão Queiroga, Presidente da Câmara, António Guilherme Forte Leres Pires, Vice-Presidente, Maria do Céu Domingues Fernandes, Ana Luísa Pires Monteiro e Hélio Romeu Monteiro Pereira Martins, Vereadores. \_\_\_\_\_

**HORA DE ABERTURA:** 10 horas e 06 minutos. \_\_\_\_\_



**\_\_\_ 1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: \_\_\_\_\_**

\_\_\_1.1 - Aprovação da ata da sessão ordinária de 26 de fevereiro; \_\_\_\_\_

\_\_\_1.2 - Assuntos de interesse municipal nos termos do regimento; \_\_\_\_\_

**\_\_\_ 2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: \_\_\_\_\_**

\_\_\_2.1 - Apreciação de uma informação escrita do senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e financeira nos termos da lei; \_\_\_\_\_

\_\_\_2.2 - Proposta de emissão de "Declaração de Interesse Público Municipal" - Regime excecional de regularização - artigo 5.º, nº 4, alínea a), do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro; \_\_\_\_\_

\_\_\_2.3 - Relatório de Gestão e Contas 2014 / Apreciação e Votação; \_\_\_\_\_

\_\_\_Após verificação do quórum, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, dando cumprimento ao determinado na respetiva convocatória. De imediato deu conhecimento relativamente à correspondência recebida desde a última reunião, nomeadamente as comunicações dos membros da Assembleia Municipal de Boticas, Magda Barroso, do Presidente da Junta de Freguesia de Beça, Daniel Dias, e do membro Arnaldo Videira, a informarem da impossibilidade em comparecerem na presente sessão da Assembleia Municipal; Um ofício do Revisor Oficial de Contas comunicando a Certificação Oficial de Contas do Município; A convocatória do Conselho Municipal de Segurança; Um ofício apresentado

pelo Tribunal de Contas a dar conhecimento da alteração à Lei de organização e processo do Tribunal de Contas; uma moção da Assembleia Municipal de Viseu e o Plano de Atividades e Orçamento da ADRAT referente ao ano de 2015. \_\_\_\_\_

**\_\_\_ 1.1 - Aprovação da Ata da Sessão Ordinária de 26 de fevereiro;** \_\_\_\_\_

\_\_\_ Uma vez que a proposta de ata foi previamente enviada aos membros da Assembleia Municipal, dispensou-se a sua leitura. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Neste ponto da Ordem de Trabalhos não se verificaram intervenções. \_\_\_\_\_

\_\_\_ De seguida foi posta a ata a votação tendo sido aprovada, por maioria, com dois votos contra dos membros Rui Álvares e Adérito Pinto, e uma abstenção do membro Manuel Baltazar Pereira. \_\_\_\_\_

**\_\_\_ 1.2 - Assuntos de interesse municipal nos termos do regimento;** \_\_\_\_\_

\_\_\_ Neste ponto da Ordem de Trabalhos foram feitas as seguintes intervenções: \_\_\_\_\_

\_\_\_ O membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, solicitou ao Presidente da Câmara esclarecimentos sobre o paradeiro das floreiras que existiam na Praça do Município. Referiu-se também aos projetos relativos à recuperação de moinhos de água no concelho. Fez ainda uma alusão à rotunda na entrada de Carvalhelhos e aos passeios na Granja. Abordou, novamente, a questão dos projetos florestais no Concelho. \_\_\_\_\_

\_\_\_ O membro da Assembleia Municipal, Manuel Baltazar

5

Pereira, informou não ter recebido a convocatória da Assembleia Municipal via correio eletrónico, sublinhando, no entanto, que foi contactado várias vezes para averiguar o facto e de lhe ter sido facultada a opção de lhe ser disponibilizada toda a documentação em suporte de papel. Manifestou ainda a sua preocupação relativamente à Loja do Cidadão a instalar em Boticas. Terminou a sua intervenção mostrando desagrado pelo que considera ser o excessivo recurso ao fogo nas operações de limpeza das florestas, referindo um caso concreto.

\_\_\_A propósito destas intervenções, o Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a Loja do Cidadão não tem por objetivo o encerramento de serviços mas sim a optimização de recursos, permitindo poupanças significativas por parte do Estado, sobretudo ao nível dos custos com rendas e outras despesas inerentes ao funcionamento desses mesmos serviços, já que os mesmos funcionarão em instalações propriedade do Município e, por isso, isentas desses encargos. Ao mesmo tempo, sublinhou ainda que a instalação da Loja do Cidadão não irá implicar o encerramento de qualquer serviço existente no Concelho. Antes pelo contrário, permitirá disponibilizar aos Municípes serviços actualmente inexistentes no Concelho, dando como exemplo os serviços efectuados pela Direção Regional de Agricultura e pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes. Reafirmou que o Município vai aderir ao Programa "Aproximar", que permitirá a instalação da Loja no Cidadão em Boticas, até porque tal trará grandes benefícios para o Conce-

Iho e a garantia da continuidade de serviços de proximidade na nossa terra que os nossos munícipes tanto necessitam. Relativamente aos fogos controlados, e concretamente ao caso apresentado pelo membro da Assembleia, informou ter-se tratado de uma acção de limpeza solicitada por responsáveis da Universidade do Minho, que teve como objectivo colocar à vista o património arqueológico do Castro de Sapelos, para permitir que se procedam a alguns trabalhos arqueológicos naquele espaço. Informou ainda que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios tem perfeitamente identificados os locais onde devem ser realizados fogos controlados tendo em vista minimizar a propagação dos incêndios.\_\_\_\_\_

Relativamente à intervenção do membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, no que às floreiras diz respeito, informou que as mesmas foram retiradas em virtude do arranjo urbanístico realizado na Praça do Município, estando as mesmas na posse do Município, tendo entretanto algumas delas sido colocadas em outros locais públicos. No que toca aos projetos dos moinhos, informou que os mesmos estão disponíveis para consulta. Relativamente à rotunda de Carvalhelhos deu conhecimento que a mesma sofrerá brevemente uma intervenção urbanística. Quanto aos passeios à entrada da Granja informou que a Autarquia está atenta e a procurar uma solução a curto prazo para aquele local, lembrando que se trata de uma estrada nacional onde a Câmara Municipal não tem qualquer autonomia para poder intervir. Quanto aos projetos florestais, reiterou o que já havia dito na

A

anterior reunião, ou seja, que o Município de Boticas não elaborou nenhum projeto florestal. \_\_\_\_\_

**\_\_\_2.1 - Apreciação de uma informação escrita do senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e financeira nos termos da lei; \_\_\_\_\_**

\_\_\_Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os seguintes intervenientes: \_\_\_\_\_

\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, desejou as boas vindas ao Vereador Hélio Martins. Destacou as iniciativas desenvolvidas em parceria com a Associação "Celtiberus" na dinamização do Parque de Biodiversidade que poderá, segundo o próprio, constituir-se como um motor de alavancagem para a economia local. Parabenizou a equipa de gestão florestal pelas queimadas controladas como fator de prevenção contra incêndios florestais. Deu ainda os parabéns à Cooperativa Agrícola de Boticas pela conquista de mais duas medalhas de ouro por parte da Carne Barrosã DOP no Concurso Nacional de Carnes Tradicionais Portuguesas, obtidas na categoria de melhor carne e melhor hambúrguer. \_\_\_\_\_

\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, alertou para as consequências que as queimadas podem ter para a fauna e a flora. Afirmou existirem meios mais adequados para ser efetuada a limpeza. Em relação ao turismo solicitou que a Câmara Municipal tentasse dar um empurrão para o desenvolvimento turístico de Carvalhelhos. \_\_\_\_\_

\_\_\_O Presidente da Câmara Municipal agradeceu as palavras do membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, e aproveitou

tou a ocasião para felicitar também o Vereador Hélio Martins, por passar a integrar o elenco executivo. Relativamente à questão do turismo, afirmou que existem 52 povoações no Concelho e que todas elas devem ser tratadas com igualdade, sem olhar para uma em detrimento de outra, lembrando que o Município tem feito uma forte aposta no desenvolvimento turístico do Concelho e procurado criar fatores diferenciadores e potenciadores de atração turística, uma estratégia onde Carvalhelhos está, obviamente, incluída, já que esta dinamização e promoção é feita para todo o concelho e não apenas para um local em específico. \_\_\_\_\_

**\_\_\_ 2.2 – Proposta de emissão de “Declaração de Interesse Público Municipal” – Regime excecional de regularização – artigo 5.º, nº 4, alínea a), do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro;** \_\_\_\_\_

\_\_\_ Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os seguintes intervenientes: \_\_\_\_\_

\_\_\_ O Presidente da Câmara Municipal prestou alguns esclarecimentos, informando que a referida legislação permite, no caso concreto, a legalização de parte de um armazém de um jovem agricultor que não se encontrava licenciada. \_\_\_\_\_

\_\_\_ O membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, referiu a importância do regime excecional de regularização e o cuidado com que o mesmo está a ser acolhido. Questionou se a raça do gado em causa é a raça barrosã e se previamente a esta situação deu entrada nos serviços municipais algum tipo de documentação reportando aquela construção. Solicitou





ainda se existiu algum processo de licenciamento ou parecer prévio. \_\_\_\_\_

\_\_\_O Presidente da Câmara Municipal informou que não deu entrada nenhum licenciamento. Esclareceu ainda que os mesmos se destinam para produção de gado bovino, com vista à fixação de jovens agricultores no Concelho. \_\_\_\_\_

\_\_\_De seguida procedeu-se à votação da proposta relativa ao ponto "2.2 - Proposta de emissão de "Declaração de Interesse Público Municipal" - Regime excecional de regularização - artigo 5.º, nº 4, alínea a), do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, tendo sido aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

**\_\_\_ 2.3 - Relatório de Gestão e Contas 2014 / Apreciação e Votação; \_\_\_\_\_**

\_\_\_Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os seguintes intervenientes: \_\_\_\_\_

\_\_\_O Presidente da Câmara Municipal prestou alguns esclarecimentos nomeadamente sobre taxas de execução da receita e da despesa; a não contração de empréstimos nos últimos anos; o aumento dos apoios às famílias na ordem dos 200%; o aumento dos apoios a instituições sem fins lucrativos e às Juntas de Freguesia; a passagem de exercício com um saldo orçamental de cerca de 3.000.000,00€; o respeito do nível de endividamento; a redução da dívida em cerca de 25% e um prazo médio de pagamento de 15 dias. Agradeceu ainda aos membros do executivo camarário e aos funcionários da Autarquia, pelo trabalho que tornou possível a obtenção de tais resultados que permitirão enfrentar o Novo Quadro

Comunitário de Apoio com mais otimismo, bem como mais e melhores condições de empregabilidade e apostar no desenvolvimento do turismo. \_\_\_\_\_

\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, fez uma intervenção cujo teor ficará anexo à presente ata, informando ainda que iria entregar uma declaração de voto. \_\_\_\_\_

\_\_\_O membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, esclareceu que entende que os resultados transitados financeiros são completamente diferentes dos resultados transitados orçamentais. Considera que as contas do Município são saudáveis o que poderão servir para impulsionar a economia local e a criação de emprego, informando que o Grupo Municipal do PSD votará a favor do Relatório e Gestão de Contas 2014. \_\_\_\_\_

\_\_\_O Presidente da Câmara Municipal afirmou que o documento, os números e as notícias veiculadas pela Comunicação Social são rigorosamente verdadeiras e que estas foram baseadas no documento aprovado em reunião de Câmara Municipal. Contestou o referido na intervenção do membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, prestando vários esclarecimentos nomeadamente: não ser verdade que a Câmara Municipal tenha uma dívida de 4.000.000,00€ e que o resultado líquido tenha sido de cerca de 200.000,00€ negativos. Informou que no ano de 2011 se verificou um volume de investimento muito significativo fruto das candidaturas que se verificaram e dos financiamentos comunitários obtidos. Explicou ainda a diminuição dos investimentos

em 2014 com a diminuição dos financiamentos comunitários obtidos por via das candidaturas. Em relação aos empréstimos, informou que em 2009 foi contraído um empréstimo à taxa de 0%, considerando ser uma boa gestão técnica e política manter essa dívida, isenta de encargos, aplicando os fundos disponíveis na realização de outros investimentos. Afirmou ainda que os 15 dias de prazo médio de pagamento são rigorosos, constando do relatório emitido pela DGAL. Quanto ao resultado do exercício explicou que o mesmo se deveu em muito às amortizações do imobilizado. Referiu que o Município continuará a apoiar as famílias do Concelho e a tudo fazer para aumentar a qualidade de vida na nossa terra, atribuindo subsídios e apoios que permitam melhorar o dia a dia das gentes do Concelho. Tratam-se de apoios e de incentivos e não de "esmolas". O Município mantém as taxas de IMI no mínimo, devolve aos munícipes a percentagem do IRS a que tem direito por Lei e mantém todas as taxas nos mínimos possíveis. Justificou ainda o aumento da receita do IMI pelo fim da cláusula de salvaguarda, que originou aumentos ao nível do IMI a pagar pelos munícipes. Quanto à taxa de execução das receitas próprias, afirmou ser mais reduzida devido ao não recebimento do valor da venda de parte da escola de Ardãos e da Casa Florestal de Codessos. \_\_\_\_\_

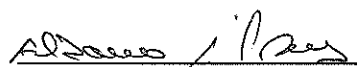
\_\_\_\_\_De seguida foi posta a votação o ponto "2.3 - Relatório de Gestão e Contas 2014 / Apreciação e Votação" tendo sido aprovada, por maioria, com dois votos contra dos membros da Assembleia Municipal, Rui Álvares e Adérito Pinto e uma

abstenção do membro da Assembleia Municipal, Manuel Baltazar Pereira. \_\_\_\_\_

\_\_\_O Presidente da Assembleia Municipal, por solicitação do Presidente da Câmara Municipal, pediu autorização à Assembleia para aprovação dos pontos 2.2 e 2.3 em minuta, tendo sido aprovada por maioria com dois votos contra dos membros da Assembleia Municipal, Rui Álvares e Adérito Pinto e uma abstenção do membro da Assembleia Municipal, Manuel Baltazar Pereira. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **Encerramento da Reunião e Aprovação da Ata.** \_\_\_\_\_

\_\_\_E não havendo mais assuntos a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião eram 11 horas e 20 minutos. Para os efeitos consignados no nº 1, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com dois votos contra e uma abstenção, a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Filipe Silva, Secretário do GAP, que a elaborei. \_\_\_\_\_





# **ANEXOS**





Adérito Vaz Pinto: Intervenção Assembleia Municipal de Boticas de 30 de Abril de 2015 sobre o ponto 2.3 da ordem de trabalhos.

Sr. Presidente, Sr. Membros da Assembleia Municipal de Boticas,

Recebemos para apreciação o Relatório de Gestão e Contas do exercício económico de 2014, e sobre o qual vamos fazer uma apreciação.

Mas na verdade e apesar de ele nos ter sido disponibilizado há dias, faz mais dias ainda que já o conhecíamos porque ele foi divulgado nos jornais. Na verdade e não obstante a notícia saída dar conta da sua aprovação na Câmara, é de muito mau tom e até um desrespeito pela Assembleia que concretamente tenhamos ficado a saber pelo jornal de algumas das coisas e assim pensarmos que o conhecíamos. Ou melhor. Criar na Assembleia e nos botiquenses a falsa sensação de que se conhecia.

Porque na verdade o documento que recebemos, vem agora demonstrar a falsidade dessa ilusão que tentou criar-se.

Vamos pois à sua análise.

Da leitura da nota introdutória, ressaltam 3 pilares fundamentais nos quais assentaria a execução orçamental de 2014 a saber:

- Apoios sociais,
- criação de emprego e
- desenvolvimento turístico.

Vejamos o que os números trazem.

A propósito do primeiro grande tema, verificamos que eles existem numa perspectiva de retirar às pessoas para depois lhe devolver numa modalidade agora muito na moda que é de esmola, de favor. E isto porque, na página 15 do relatório, verificamos no

quadro que respeitanta às receitas que, para além das transferências do Estado cujo princípio é o mesmo, a maior receita do orçamento Municipal advém de impostos directos. Na verdade, entre 2011 e 2014, este tipo de receita duplicou. Estes impostos são essencialmente de IMI e de Imposto de Circulação. Tudo isto com a população a diminuir.

É dinheiro que entra na Câmara, mas à custa de impostos, que é de resto a forma predilecta escolhida pelo governo para confiscar às pessoas e às empresas o que têm e muitas vezes o que não têm, para depois devolver uma milésima parte, travestida em esmolas que aparentam serem favores que o Município está a dar, quando na verdade o que está a dar é uma pequena parte daquilo que já retirou à sociedade.

E a febre é tão grande que, analisando o quadro da pág. 14, verifica-se que se que se encontravam orçamentados nesta verba uma receita de 422 mil Euros e afinal arrecadou-se 638 mil, aqui se notando a filosofia velha e socialmente ruínosa do “brutal aumento de impostos” que esmaga e humilha e empurra os botiquenses para a emigração.

Mas curiosamente verifica-se no mesmo quadro da pág. 15 que os impostos indirectos diminuem.

Mais impostos sobre as pessoas, menos impostos sobre as empresas e actividades, assim estando espelhada uma opção ideológica que de todo nos repugna.

Nas receitas de Capital, na pag 18, denota-se um desvio muito grande relativamente ao que foi previsto no orçamento.

Se na globalidade desta verba se verifica um desvio na execução de 70% relativamente ao previsto no orçamento, a verdade é que este valor, camufla por exemplo uma execução de 18% na venda de bens de investimentos. Significa que há diminuição geral na receita. Uma parte de transferências, mas aí até se entende, dado tratarem-se de receitas transferidas de terceiros, mas verifica-se uma diminuição drástica das receitas próprias. A que se deve esta diminuição. O que é que aconteceu? que bens são estes e a razão pela qual se verificam estes desvios e que tipo de investimentos os fundamentam? Afinal que gestão tão boa Boticas tem que executa apenas 18% do orçamento?



Por outro lado,

Nas despesas e tomando por referência os quadros da página 21 do relatório, verifica-se uma alteração estratégica entre o que se passou em 2013 e 2014, relativamente a 2011 e 2012. Esta alteração é o espelho do desastre de gestão municipal.

Se até 2012 se verificava que as despesas de investimento eram superiores às despesas correntes, a partir daí, acontece justamente o contrário, como se verifica do gráfico da Pag. 20. É pois o inverso de tudo aquilo que o programa de assistência e resgate pretendia, mas que Boticas, que é diferente dos outros sítios, faz justamente ao contrário. E mal.

Na Pág. 21, verificamos desde logo porque é que isso acontece. A começar pelo facto de a despesa com pessoal, representa quase 50% dos custos correntes da autarquia. Um cenário inadmissível.

Mas verifica-se também no primeiro quadro da Pag. 22 que a despesa na aquisição de bens e serviços, de 2013 para 2014, aumentou quase meio milhão de Euros. Quais os bens e quais os serviços que justificam uma coisa destas?

Vejamos agora as despesas de Investimento. E aqui é que vemos o logro da introdução.

Concretamente na Pag. 35, verificamos que as despesas de investimento nos sectores de indústria e energia, e mais importante, comércio e turismo, a taxa de execução orçamental é na ordem dos 40%, muito longe de permitir considerar sequer medíocre o cumprimento do desiderato anunciado inicialmente, como o grande motor que era o sector do turismo e criação de emprego. Ou seja, naqueles sectores onde se pressupunha que os dinheiros públicos deveriam ter sido gastos, são aqueles onde mais fraca e medíocre a execução se verifica.

Ou seja, o critério, o rigor anunciado, fica-se pois por uma insustentável falta de execução prática. Assustadora, aliás.

Consta também do Relatório, o PLANO DE ACTIVIDADES.

E onde se encontram uns dados curiosos, como é o caso do ponto 2 da Pag. 37, onde verificamos que os valores aproveitados para a educação, apresentam uma taxa de execução de apenas 56%. É uma pena estes valores não terem sido aproveitados, para actividades ligadas ao ensino e à cultura. E cultura não deve aqui ser entendida como uns grupos musicais mais ou menos “apimbalhados” que se apresentam nas quintas no verão. Isso não é cultura!

O mesmo no ponto 3.1. Não se justifica uma taxa de execução no sector agrícola de apenas 45%. Ou seja, nem metade do que se previa se fez. Não se justifica que, num conselho eminentemente rural e que ainda tem como motor a agricultura, tenha uma taxa de execução tão baixa.

O mesmo relativamente ao ponto 3.5. Se sobra dinheiro, não se entende a razão pela qual ele não é canalizado para outras actividades ao longo do ano.

Saltamos agora para as contas operacionais da Pag 45: Verifica-se que a gestão dos custos e proveitos espelha o logro financeiro que se anunciou no jornal. Com efeito, nos resultados operacionais, verifica-se um diferencial na ordem de um milhão e Euros de 2013 para 2014 e analisando bem, verifica-se que tal diferença advém concretamente de duas grandes verbas:

Por um lado dos Fornecimentos e Serviços Externos que aumenta brutalmente e de uma verba a que se pode chamar com propriedade que é sempre o atoleiro destas contas, que é a verba de “outros custos e perdas operacionais” onde se observa um aumento assinalável.

Mas ao invés, se verificarmos os ganhos operacionais assiste-se a uma regressão dos mesmos, assim se terminando o ano...pasmem-se todos! **Com um prejuízo líquido de 228 mil Euros.**

Significa que o Município deu prejuízo.

Significa que a gestão que se faz é um desastre. Estrategicamente, operacionalmente, e politicamente. E pior, de forma inútil, e fruto de uma opção política que está a hipotecar as

gerações futuras que vão ter que suportar este resultado, agora transitado.

Aliás, este cenário repete-se nos últimos anos, ou seja os custos e perdas, são superiores aos proveitos e ganhos. Como se explica uma coisa destas? Como se explica que se possa dizer que se tem dinheiro em caixa conforme uma entrevista que saiu no Ecos de Boticas, se na verdade o que se tem é prejuízo?

Prejuízo este, muito dele herdado do passado. Na verdade,

Uma câmara que se gaba de que é boa pagadora que até diz que paga a 15 dias, verifica-se que a dívida de curto prazo aumenta. Aumentou de 2013 para 2014, 20 000,00€ conforme se verifica do quadro da página 49. Como é que um Município que diz que diminuiu o prazo de pagamento, aumenta a sua dívida a curto prazo? Significa portanto, que alguma coisa está errada e que não é verdade o que diz. E significa também que não é verdade que o prazo de pagamento seja de 15 dias. Na verdade, isto é falso.

Mas mais ainda. Todos nós nos recordamos de uma entrevista que foi dada pelo Ex-Presidente da Câmara e actual presidente da Assembleia, dizendo que deixou em caixa um milhão de Euros.

Mas verificamos que no ano de 2012 encontravam-se contraídos empréstimos bancários de 3 milhões de Euros, num total de 18 empréstimos a médio e longo prazo. E esta situação é tão grave, já que desde então, se têm amortizado na ordem dos 700 mil Euros por ano. Significa portanto, mais uma vez que é falso o que tem sido dito. Não só a câmara não paga o que deve nos prazos que diz, como arrasta uma dívida do passado, que a este ritmo de pagamento de capital, ultrapassará este próprio mandato.

Aliás, era interessante sabermos quais os encargos mensais em juros sobre esta dívida, que não se encontram discriminados nas contas.

Para finalizar, devo dizer que a nossa estupefacção quando analisámos o relatório de contas foi total e em múltiplas dimensões. Verificamos que,

- Politicamente é um logro

- Financeiramente é uma mentira e Estrategicamente compara-se ao escândalo em que o governo mergulhou o país.

Politicamente porque tudo o que se apregoa nos jornais e na introdução deste relatório é contraditório com os factos, e os factos são os valores das contas que demonstram que é falso o que se diz.

- Não se respeitam os graus de execução
- Não se executam as verbas que mais deveriam ter sido tidas em conta no desenvolvimento de Boticas: a agricultura e o turismo.
- Promove o endividamento,
- Aumentam os impostos

Financeira e estrategicamente é uma falsidade porque,

- O Município deve e deve muito. Deve 1 700 000,00€ aos bancos,
- Enterra-se em juros
- Não cumpre os prazos de pagamento ao contrário do que diz, tanto que aumenta a dívida de curto prazo.
- Pior que tudo, termina com um prejuízo de 228 474,80€, prejuízo esse que passa contabilisticamente para os resultados transitados e aqui, a cereja em cima do bolo, e que traduz a pior falsidade política que todo o tema encerra:

- A Câmara não só deu prejuízo em 2014, como o teve prejuízo em 2013, em 2012, em 2011 e assim sucessivamente, de tal modo que hoje apresenta **um resultado transitado negativo que consta do balanço para 2015 de 4 295 000,00€.**

Significa tudo isto que as contas públicas de Boticas têm um buraco de mais de 4 milhões de Euros onde o Município está atolado.

E é contra este logro, contra esta mentira, contra esta gestão ruínosa, que o PS não pode ter outra postura que não seja a de denúncia e do voto contra.



## DECLARAÇÃO DE VOTO

**Que apresenta o Partido Socialista ao ponto 2.3 da Ordem de Trabalhos e  
Da proposta de votação em minuta da  
Assembleia Municipal de Boticas de 30 de Abril de 2015**

" O Partido Socialista lamenta o facto dos resultados do relatório de contas do Município de Boticas terem sido divulgados na comunicação social, antes de serem discutidos e votados na Assembleia Municipal, numa atitude que considera de desrespeito por este Órgão Autárquico. Na verdade e não obstante a notícia saída dar conta da sua aprovação na Câmara, é de muito mau tom que concretamente tenhamos ficado a saber de alguns dados pelos jornais, que afinal após a análise do documento, se percebe que apenas serviram para criar uma situação ilusória aos Botiquenses, por não se verificarem.

Da leitura da nota introdutória, ressaltam 3 pilares fundamentais nos quais assentaria a execução orçamental de 2014 a saber:

- Apoios sociais;
- criação de emprego;
- desenvolvimento turístico.

No entanto os dados do relatório não comprovam estas opções.

A propósito do primeiro grande tema, existe neste concelho e à semelhança das políticas do governo, que é do mesmo partido uma forma de agir que consiste em retirar às pessoas para depois lhe devolver na forma de apoios sociais, pois a maior receita do orçamento Municipal advém de impostos directos. Na verdade, entre 2011 e 2014, este tipo de receita duplicou. Estes impostos são essencialmente de IMI e de Imposto de Circulação. Tudo isto com a população a diminuir.

É dinheiro que entra na Câmara, mas à custa de impostos, que é de resto a forma predilecta escolhida pelo governo para confiscar às pessoas e às empresas o que tem e muitas vezes o que não tem, para depois devolver uma milésima parte, que aparenta ser favores que o Município está a dar, quando na verdade o que está a dar é uma pequena parte daquilo que já retirou à população. Verifica-se que a obsessão é tão grande que se encontravam orçamentados nesta verba uma receita de 422 mil Euros e afinal arrecadou-se 638 mil, aqui se notando a filosofia velha e socialmente ruínosa do "brutal aumento de impostos" que esmaga, humilha e empurra os Botiquenses para a emigração.

Curiosamente, ou não, verifica-se que os impostos indirectos diminuem como é o caso da derrama. Mais impostos sobre as pessoas, menos impostos sobre as empresas e actividades, assim estando espelhada uma opção ideológica que de todo nos repugna.

Nas receitas de Capital, verifica-se um desvio muito grande na relativamente ao que foi previsto no orçamento, com um grau de execução de apenas 70% relativamente ao previsto no orçamento. Na verdade este valor, camufla por exemplo uma execução de apenas 18% na venda de bens de investimentos. O Partido Socialista solicitou mais informações sobre esta disparidade. Há



diminuição geral na receita. A diminuição das transferências é compreensível no actual contexto económico e político, mas o que não se entende é a diminuição drástica nas receitas próprias. Solicitaram-se as seguintes informações. A que se deve esta diminuição? O que é que aconteceu? Que bens são estes, a razão pela qual se verificam estes desvios e que tipo de investimentos os fundamentam? Perguntas que não foram respondidas.

Nas despesas verifica-se uma alteração estratégica em 2013 e 2014, relativamente a 2012 e 2011. Esta alteração é o espelho do desastre de gestão municipal. Se até 2012 se verificava que as despesas de investimento eram superiores às despesas correntes, a partir daí, acontece justamente o contrário. O inverso de tudo aquilo que o programa de assistência e resgate pretendia, mas que em Botas não se concretizou. A despesa com o pessoal, representa quase 50% dos custos correntes da autarquia e aumentou; a despesa na aquisição de bens e serviços, aumentou em 3 anos, quase meio milhão de Euros. À pergunta "quais os bens e quais os serviços que justificam este aumento?", não obtivemos resposta.

Relativamente ao investimento, verifica-se uma contradição entre o que a nota introdutória descreve e a realidade, pois é justamente nos sectores de indústria e energia, e mais importante, comércio e turismo, consideradas as áreas prioritárias do concelho, que se verificam os menores graus de execução, na ordem dos 40%. Valor este que fica muito aquém do defendido e assumido como o grande motor de desenvolvimento que era o sector do turismo e a criação de emprego. Ou seja, naqueles sectores onde se pressupunha que os dinheiros públicos deveriam ter sido gastos, são justamente os que registam a mais execução. O critério e o rigor anunciado, fica-se pois por uma insustentável falta de execução prática, que inclusivamente consideramos assustadora para o desenvolvimento do concelho.

Relativamente ao plano de actividades, o cenário mantém-se verificando que os valores aproveitados para a educação apresentam uma taxa de execução de apenas 56%, ou ainda o sector agrícola; num concelho eminentemente rural e que ainda tem como motor a agricultura, de apenas 45%, isto é, nem metade do que se previa foi concretizado.

Os custos e perdas ocasionais aumentam, em 2 anos, cerca de um milhão de euros, enquanto que os proveitos e ganhos operacionais sofrem uma diminuição, que implicam que o resultado líquido do exercício apresente um prejuízo de aproximadamente 228 mil Euros. E este valor tem sido sempre negativo nos últimos anos, ou seja os custos e perdas, têm sido superiores aos proveitos e ganhos, não entendendo, portanto, porque é que se gaba tanto esta gestão, quando tanto hipoteca as gerações futuras que vão ter que suportar este resultado, agora transitado.

Às perguntas "Como se explica uma coisa destas?" e "Como se explica que se possa dizer que "transita" um valor positivo numa entrevista que saiu no Ecos de Botas, se na verdade o valor transitado é negativo?", não obtivemos resposta.

À afirmação de que o município é bom pagador, dado ter reduzido o prazo de pagamento para 15 dias, o Partido Socialista tem as suas dúvidas, pois se por uma lado não acredita por conhecer



várias situações em que este prazo não é cumprido, por outro não percebe, então, porque é que a dívida a curto prazo aumentou.

O Ex-Presidente da Câmara e actual presidente da Assembleia, quando saiu, afirmou numa entrevista, que deixava em caixa um valor significativo, no entanto o relatório confirma que no ano de 2012 encontravam-se contraídos empréstimos bancários (num total de 18), a médio e longo prazo, no valor de 3 milhões de Euros. O município tem amortizado cerca de 700 mil Euros por ano, para poder liquidar esta dívida do passado, que devido às quantias envolvidas e prazos do contrato, teve repercussões nas contas deste mandato e passará para os próximos.

À pergunta "quais os encargos mensais em juros desta dívida?" (dado que não se encontram discriminados nas contas), não obtivemos resposta.

Finalizando, o Partido Socialista, concluiu e dado a falta de respostas concretas obtidas pelo Presidente da Câmara que, financeiramente não corresponde às informações que este teima em divulgar à população e estrategicamente compara-se ao escândalo em que o governo mergulhou o País. O que se apegou nos jornais e na introdução deste relatório é contraditório com os factos, e os factos são os valores das contas.

Não se respeitam os graus de execução, principalmente nas áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento de Boticas: a agricultura, o turismo e a criação de emprego; promoveu-se o endividamento; aumentam-se os impostos; não se cumprem rigidamente os prazos de pagamento anunciados; aumenta-se a dívida a curto prazo; cada ano termina com prejuízo que vai "transitando", de tal modo que hoje apresenta um resultado transitado negativo que consta do balanço para 2015 de 4 295 000,00€.

O Partido Socialista não se revê nesta gestão e nestas opções, daí não pode ter outra postura que não seja a de denúncia e do voto contra."

\*\*\*

Mais declara ter votado contra a propositura à votação em minuta dos pontos 2.2 e 2.3 da Ordem de Trabalhos. Com efeito, tendo sido proposto pela mesa a votação em minuta dos dois pontos conjuntamente e tendo sido proposto por este grupo municipal a sua votação em separado a mesa entendeu manter a sua proposta no que este Grupo Municipal declara ter pretendido votar favoravelmente ao primeiro e desfavoravelmente ao segundo. Postas como foram as coisas pela mesa votou contra por se tratarem de matérias completamente diferentes.

Grupo Municipal do PS





**ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS DO PRESIDENTE DA CÂMARA ÀS  
QUESTÕES COLOCADAS PELO MEMBRO DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL ADÉRITO PINTO**

Como se pode verificar, quer pelo relatório de gestão, quer pelo mapa "Controlo Orçamental da Receita", a maior receita do Orçamento Municipal advém das transferências correntes provenientes do exterior, sejam elas contrapartidas nacionais ou comunitárias, representando cerca de 71%, do total das receitas correntes. A rubrica dos "Impostos Diretos", apenas representa 8,3% do total das receitas correntes, não se percebendo como é referenciada a "maior receita do orçamento municipal". Por outro lado, os bons níveis de execução, não só nesta rubrica, mas na generalidade das receitas próprias demonstram a boa capacidade do Município em arrecadar receita e ainda a diminuição da sua dependência face às transferências da Administração Central. O facto de o valor desta rubrica ter aumentado, não significa que os Botiquenses estão a pagar mais até porque o município tem ao longo dos anos mantido a taxa mínima de IMI. O crescimento da receita do IMI é sobretudo fruto da avaliação geral dos prédios urbanos consagrada na Lei n.º 60- A/2011, de 30 de novembro, que se levou a efeito em 2012/2013. A receita proveniente do IMT, do IMI e do IUC, é arrecadada diretamente pela Autoridade Tributária e transferida para o município, como resulta das alíneas a) e c) do artigo 14º e artigo 81º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Ao contrário do que é referido, a derrama é um imposto direto não cobrado pelo município, logo não constitui receita conforme se pode verificar pelo mapa "Controlo Orçamental da Receita".

No que concerne às receitas de capital, o desvio verificado entre o orçamento final e executado é de apenas (569.074,78 €) e resulta quase em exclusivo da rubrica "Transferências de Capital". Comporta esta rubrica na sua constituição as verbas provenientes de Fundos Municipais e as verbas arrecadadas com os Apoios Comunitários e Contratos Programa, concedidos ao Município. As restantes rubricas que compõem este tipo de receitas tem valores estimados e executados relativamente baixos, pouco significativos, como por exemplo a rubrica "Venda de Bens de Investimento", que compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que na aquisição ou construção tenham sido contabilizados como investimento. Não se compreende como é dito que "houve uma diminuição drástica nas receitas próprias" quando o desvio foi de apenas (52.701,00 €). Os desvios verificados entre os valores orçamentados e executados não resulta, na generalidade, da falta de rigor aquando da elaboração do orçamento, mas antes do facto de o POCAL impor a média aritmética das receitas cobradas dos últimos 24 meses que

antecedem a elaboração do orçamento, não sendo, assim, possível relevar, em termos previsionais, o crescimento ou diminuição de determinadas receitas, em função de condicionantes externas não vinculadas aos formalismos impostos à gestão pública. A previsão e execução de todas as rubricas que compõem as receitas, quer sejam elas correntes ou de capital obedecem estritamente aos princípios e regras vertidos no POCAL. Toda a informação detalhada relativamente a este tipo de receitas encontra-se no mapa "Controlo Orçamental da Receita".

O desenvolvimento de um território não se mede só pelo investimento físico (obra) que é realizado. Existem outras variáveis que devem ser contempladas e que não são menos importantes, tais como apoios concedidos às famílias e aos idosos, os apoios e subsídios atribuídos a instituições sem fins lucrativos, onde se enquadram as associações culturais, desportivas, recreativas e de solidariedade e transferências para as juntas de freguesia. O paradigma mudou, isto é, o município muniu-se de um conjunto de equipamentos, obviamente necessários ao desenvolvimento do concelho, mas a preocupação atual é o bem-estar da população e a conseqüente qualidade de vida no concelho, não descurando obviamente o investimento necessário, pois foi executado ainda 1.894.816,44 €. As despesas com o pessoal tiveram um aumento residual de apenas (57.957,52 €), justificadas pelo aumento da rubrica "Segurança Social", representando 42% das despesas correntes. As aquisições de bens e serviços também aumentaram, tratando-se de bens e serviços indispensáveis ao funcionamento dos serviços, bem como as transferências correntes para apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva e recreativa, bem como apoiar estratos sociais economicamente desfavorecidos e também em matérias de Ação escolar. O Município não esconde nem oculta informação, pois o mapa de "controlo orçamental da despesa" espelha de uma forma detalhada a descrição da rubrica, bem como o valor pago.

A capacidade de execução das Grandes Opções do Plano (Plano de Investimentos e Plano de Atividades) é analisada na sua globalidade e não através de uma ou duas ações em concreto. Obviamente que existem ações com melhores taxas de execução do que outras, mas isso depende de determinados fatores que vão surgindo ao longo do ano, até porque podem surgir novas necessidades que obriguem a definir novas prioridades. Estes dois documentos apresentam taxas de execução muito boas, 70% o PPI e 73% o PAM, das mais elevadas dos últimos anos, conforme se pode comprovar pela informação disponível. O rigor obtém-se pela diferença entre o previsto e o executado e os coeficientes de execução anteriormente

referidos demonstram a capacidade do município em executar os documentos previsionais. Daí que não se compreende como é possível dizer “uma falta de execução prática”, quando se obteve aqueles níveis de execução. Analisando os dois mapas “Execução do PPI” e “Execução do PAM”, constata-se que as funções sociais têm níveis de execução muito bons, 84% e 75% respetivamente, o que demonstra uma clara aposta do município na vertente social.

O POCAL obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas de contabilidade: Orçamental, Patrimonial e de Custos. Na ótica orçamental faz-se a comparação entre orçamento final e executado aferindo, deste modo, a concretização dos projetos a que o Município se propôs, nomeadamente a capacidade de gestão dos recursos da autarquia, bem como o esforço de angariação da receita. Através do mapa “Fluxos de Caixa”, pode-se verificar que o saldo orçamental para a gerência seguinte é de 2.947.974,86 €. Na ótica patrimonial, o resultado líquido de (228.474,80 €), evidenciado quer no balanço, quer na demonstração de resultados, resulta basicamente da rubrica “Amortizações do exercício”, que são maioritariamente constituídas por amortizações de bens de domínio público e representam o grupo mais expressivo dos custos operacionais. Embora sendo informação que no seu conjunto de complementa não será, no entanto comparável, pois enquanto que a primeira é elaborada na base de caixa ou compromissos, a segunda obedece ao acréscimo ou especialização dos exercícios.

De acordo com os dados referentes ao prazo médio de pagamento dos municípios no último trimestre de 2014, publicados no site da Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), Boticas é o Município do Alto Tâmega que demora menos tempo a pagar aos seus fornecedores e um dos mais eficientes ao nível do distrito. O prazo médio de pagamento do Município de Boticas é de apenas 15 dias, sendo o único Município do Alto Tâmega que paga a menos de 20 dias e um dos poucos em termos da região de Trás-os-Montes. De facto, a dívida de curto prazo aumentou porque foi contabilizado o montante referente do FAM, valor que o município tem que contribuir.

O mapa dos “Empréstimos”, documento obrigatório da prestação de contas, discrimina detalhadamente o montante contratado, utilizado, bem como os encargos do ano (amortização e juros).

Globalmente, verificou-se taxas de execução muito boas, ao contrário do que é referido. Em termos de eficiência financeira, os indicadores demonstram que: 1 – O Município tinha capacidade em 31-12-2014, através de disponibilidades de tesouraria, de liquidar a totalidade de dívida de curto prazo; 2 – O Município apresenta um índice de autonomia muito

bom (0,71%), o que quer dizer que o recurso a crédito de terceiros tem uma dimensão reduzida; 3 – O índice de solvabilidade (20,45%), traduz uma fraca dependência relativamente aos credores. Refira-se o facto de no ano anterior, o município de Boticas constar no ranking dos 35 melhores municípios de pequena dimensão, em termos de eficiência financeira. Os dados constam do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. O Município cumpriu escrupulosamente os limites legais de endividamento a que estava sujeito dispondo de uma margem 1,8 milhões de euros, valor até ao qual pode contrair dívida sem que esteja em situação de incumprimento face à legislação em vigor.